

Interseccionalidade e resistência: Mulheres latino-americanas e caribenhas na desconstrução de poderes coloniais e patriarcais

Leandro Freitas Oliveira¹

Resenha do livro: SUZUKI, Júlio César; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de; SILVA, Andréa Rosendo da (Org.). **Mulheres latinas e caribenhas, poder e política: espaços de luta e resistência**. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2024. 291 p.

A obra *Mulheres latinas e caribenhas, poder e política: espaços de luta e resistência* integra uma série dedicada a narrativas contemporâneas de mulheres latinas, com foco nas suas trajetórias de luta em diferentes esferas sociais. Organizada por pesquisadores vinculados à Universidade de São Paulo (USP), Júlio Cesar Suzuki (doutor em Geografia Humana - USP), Rita de Cássia (doutora em Ciências - USP) e Andréa Rosendo (mestre em Comunicação - UFPR), a obra reúne oito capítulos que exploram temas como violência de gênero, resistência rural, identidade quilombola, protagonismo político e encarceramento, articulando perspectivas interseccionais e decoloniais.

A coletânea estrutura-se em torno de um eixo central: a análise crítica das estruturas de poder patriarcais, coloniais e capitalistas que moldam as experiências das mulheres na América Latina e Caribe, destacando suas estratégias de resistência e resiliência. Os organizadores enfatizam a diversidade de abordagens metodológicas — desde história oral até análise de políticas públicas —, buscando construir um "caleidoscópio" de vozes que refletem a variedade das lutas femininas.

O livro inicia com um texto introdutório dos organizadores, que contextualizam a obra no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Destacando dois objetivos principais: o primeiro é documentar as diferentes formas de opressão enfrentadas por mulheres latino-americanas e caribenhas; e, a segunda, ampliar o debate sobre democracia e igualdade de gênero, incluindo a academia e movimentos sociais.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: le.freitas.19@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4451-7389>

Os capítulos seguintes abordam temas específicos, com destaque para: capítulo 1, Um Novo Olhar Sobre as Desigualdades Sociais e Violências de Gênero na América Latina, de Dalzira Maria Aparecida Iyagunã, que discute a violência estrutural e a exclusão social de mulheres imigrantes, enfatizando a necessidade de descolonização das instituições brasileiras. A autora critica a ineficiência de políticas como a Lei Maria da Penha e propõe a educação como ferramenta de transformação cultural.

O segundo capítulo, A Resistência da Mulher Camponesa no Espaço Rural Brasileiro, de Erika de Souza Silva e Ana Regina Marinho, as autoras analisam as estratégias de resistência e empoderamento das mulheres camponesas no Brasil, destacando a luta contra estruturas patriarcais e capitalistas no meio rural. As autoras partem da premissa de que a invisibilidade histórica do trabalho feminino no campo — frequentemente relegado à categoria de "ajuda" — reforça desigualdades sociais e de gênero. Também fazem menção à *Marcha das Margaridas* ilustrando como a participação coletiva transforma demandas locais em pautas nacionais, vinculando justiça social à luta feminista antirracista e anticapitalista. No entanto, a análise da jornada de trabalho da mulher e sua participação nos movimentos sociais poderia se aprofundar na interseccionalidade das opressões, considerando como raça, classe e orientação sexual modulam as experiências de resistência e empoderamento. Como argumenta Bell Hooks (2000), "não há uma sororidade universal" e as experiências das mulheres são atravessadas por múltiplas hierarquias de poder.

O terceiro capítulo, "Lute como uma mulher negra e quilombola: história oral de vida de uma quilombola de Mato Grosso do Sul", de Lourival dos Santos e Yasmin Falcão, presenteia o leitor com a história oral de Vera Lúcia Rodrigues dos Santos, abordando temas como racismo, condições análogas à escravidão, educação quilombola e papéis de gênero na comunidade quilombola. A narrativa de Vera Lúcia oferece uma perspectiva valiosa sobre as interseccionalidades de raça, gênero e classe no contexto quilombola. Nesse sentido, é fundamental ressaltar a importância da história oral como metodologia, que, segundo Thompson (1992, p. 287), "dá voz aos silenciados", permitindo que experiências marginalizadas ocupem o centro da análise histórica.

O quarto capítulo, *Alicia Eguren: La Escritora En Búsqueda de Una Revolución* (1943-1957), de Paula Andrea Lenguita, aborda a trajetória de Alicia Eguren, intelectual e militante peronista argentina, destacando seu papel na construção do movimento peronista desde seus primórdios. Nascida em 1925 em uma família de classe média católica, Eguren envolveu-se com círculos nacionalistas durante seus estudos na Universidade de Buenos Aires, alinhando-se ao peronismo antes mesmo de sua ascensão política. Participou

ativamente da luta pelo sufrágio feminino, que culminou na Lei 13010 (1947), e atuou brevemente como diplomata na Inglaterra. Após retornar à Argentina, dedicou-se à produção intelectual, editando a *Revista Sexto Continente*, que defendia uma integração latino-americana sob a doutrina peronista. Com o golpe de 1955, engajou-se na resistência clandestina, organizando a ramificação feminina do partido, enfrentando prisões, torturas e conflitos internos com setores conservadores do peronismo. Sua trajetória ilustra a busca por uma revolução que conectasse a justiça social, latino-americanismo e protagonismo feminino.

O quinto capítulo, *Era o Hotel Cambridge e o Protagonismo Feminino na Luta das Refugiadas Pelo Direito à Moradia*, de Flávia Hardt Schreiner, analisa o filme *Era o Hotel Cambridge* (2016), dirigido por Eliane Caffé, destacando o protagonismo feminino na luta pelo direito à moradia e à cidade. A obra retrata a ocupação de um antigo hotel no centro de São Paulo por famílias sem-teto e refugiados, liderada por Carmen Silva, líder real da Frente de Luta por Moradia (FLM). O filme mescla ficção e documentário, abordando questões como a precariedade urbana, a xenofobia e a resistência coletiva, enquanto explora a organização comunitária e a solidariedade entre brasileiros e imigrantes. A análise destaca a representação das mulheres como estruturantes da narrativa, tanto na vida real quanto na ficção, e discute como o cinema engajado pode promover reflexões sobre direitos humanos, integração cultural e justiça social, articulando teorias feministas e o conceito de “direito à cidade”, de Henri Lefebvre.

O sexto capítulo, intitulado “Ditadura militar no Brasil: memória e história de mulheres revolucionárias”, de Alayde Maria Pinto Digiovanni e Marilene Proença Rebello de Souza, aborda a articulação entre o contexto histórico da ditadura militar brasileira e as trajetórias de vida de duas psicólogas que foram presas e exiladas. As autoras destacam como a ditadura implementou processos de “esquecimentos” intencionais, tanto individuais quanto coletivos, que contribuíram para a alienação da consciência social e individual. Essa análise é crucial para compreendermos os reflexos do autoritarismo na sociedade brasileira contemporânea, e podemos aprofundá-la com os estudos de Paul Ricoeur (2000) sobre memória, história e esquecimento, que nos ajudam a refletir sobre como as narrativas do passado são construídas e disputadas no presente.

O penúltimo capítulo, *Mulheres Estrangeiras Nas Prisões Latino-Americanas: Punições para além da privação de liberdade*, de Ana Carolina de Moraes Colombaroli e Victor Gabriel de Oliveira Rodriguez, analisa o encarceramento de mulheres estrangeiras na América Latina, destacando o aumento exponencial de 308% na população carcerária feminina sul-americana entre 2000 e 2017, impulsionado por políticas repressivas de “guerra

às drogas”. A maioria dessas mulheres, provenientes de países vizinhos e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ocupa posições periféricas no tráfico, como “mulas”, sendo penalizadas com condenações desproporcionais. As prisões, estruturadas para homens, apresentam condições degradantes: superlotação, falta de higiene, acesso precário à saúde e abandono familiar. Para as estrangeiras, agravam-se desafios como barreiras linguísticas, desconhecimento do sistema jurídico local e ausência de redes de apoio, intensificando sua marginalização. A análise interseccional evidencia como gênero, classe, raça e nacionalidade se entrelaçam, perpetuando opressões e reforçando a seletividade punitiva do Estado, que recai sobre mulheres pobres, negras e indígenas, aprofundando ciclos de exclusão social.

E, por fim, o oitavo e último capítulo, *Nas Tramas Das Re-Existências: Saberes e lutas de mulheres latino americanas*, de Isabel Araujo Isoldi e Vivian Parreira da Silva, aborda as estratégias de re-existência de mulheres latino-americanas, destacando a importância dos saberes ancestrais e das práticas culturais como formas de resistência à colonialidade, ao patriarcado e ao racismo. Partindo de uma perspectiva decolonial e da epistemologia do Sul, as autoras analisam como mulheres indígenas, afrodescendentes e mestiças preservam e reinventam tradições, integrando cosmovisões não eurocêntricas que valorizam a ancestralidade, a comunidade e a harmonia com a natureza. O texto enfatiza o papel central do matriarcado em culturas afro-ameríndias, onde mulheres atuam como guardiãs de conhecimentos espirituais, curativos e comunitários, além de liderarem movimentos de luta por direitos e justiça social. Por meio de exemplos como o jongo, o candomblé e práticas pedagógicas antirracistas, o capítulo demonstra como essas mulheres desafiam estruturas opressoras, promovendo educação emancipatória, conexão com a terra e diálogo entre saberes acadêmicos e populares. A análise reforça que a resistência se dá não apenas na sobrevivência física, mas na manutenção de identidades plurais, na reinvenção de espaços coletivos e na construção de alternativas éticas e estéticas que contestam a lógica individualista e hierárquica do colonialismo capitalista.

A principal contribuição da coletânea está em ampliar o clássico acadêmico sobre feminismos latino-americanos, tradicionalmente centrado em perspectivas urbanas e brancas. Ao assimilar vozes de mulheres quilombolas, camponesas e presas políticas, o livro desafia hierarquias epistemológicas e oferece um panorama pluralista. Onde se destaca a interseccionalidade. A obra evita reducionismos, articulando gênero com raça, classe e colonialidade. No capítulo 3, por exemplo, a história oral de Vera Lúcia ilustra como o racismo estrutural e a herança escravagista perpetuam desigualdades no acesso à educação e à terra.

A combinação de história oral, dos capítulos 3 e 6, a análise jurídica, do capítulo 7, e estudos culturais, do capítulo 8, enriquece a abordagem interdisciplinar, tornando o livro acessível a pesquisadores de diferentes áreas. Os temas como encarceramento feminino, capítulo 7, e migração, capítulo 1, dialogam com debates contemporâneos sobre direitos humanos e crise humanitária, reforçando a relevância política da obra. Apesar dos méritos, a coletânea apresenta algumas lacunas: a desproporcionalidade entre os capítulos.

Enquanto alguns textos, como o capítulo 3, oferecem análises profundas e base empírica robusta, outros, como o capítulo 4, sobre Alicia Eguren, limitam-se a descrições biográficas sem conexão clara com o eixo central do livro. Embora o título mencione o Caribe, a maioria dos estudos concentra-se no Brasil. Uma comparação mais equilibrada com países como Haiti ou Jamaica fortaleceria a proposta latino-americana. Alguns capítulos (e.g., capítulo 2) apoiam-se excessivamente em fontes locais, negligenciando teóricas feministas globais como Judith Butler ou Chandra Mohanty, limitando o alcance teórico.

Butler, em obras como *Problemas de Gênero* (1990), introduz o conceito de "performatividade de gênero", argumentando que identidades de gênero são construídas socialmente através de repetições de atos normativos. Para o capítulo 2, que analisa a resistência das mulheres camponesas contra estruturas patriarcais no meio rural, essa perspectiva seria crucial para desnaturalizar o trabalho feminino no campo. A ideia de que o trabalho das mulheres é "ajuda" (como destacado no capítulo) reforça papéis de gêneros fixos, Butler permitiria questionar como essas normas são performativamente reproduzidas e como as camponesas subvertem tais expectativas. A Marcha das Margaridas, mencionada no texto, poderia ser analisada não apenas como luta por direitos, mas como ato performativo que desafia a invisibilidade política das mulheres rurais, redefinindo seu lugar na esfera pública.

Quanto a Mohanty, em *Under Western Eyes* (1984), critica a homogeneização das mulheres do "Terceiro Mundo" pela ótica ocidental, defendendo análises interseccionais e contextualizadas. Enfatiza como as opressões de gênero estão entrelaçadas com colonialismo e capitalismo global. No caso das camponesas brasileiras, isso permitiria vincular sua resistência a mecanismos transnacionais, como a exploração agroindustrial ou a marginalização de saberes tradicionais. O capítulo destaca a "invisibilidade histórica" das mulheres rurais, mas Mohanty alertava contra generalizações que apagavam diferenças internas (ex.: raça, etnia, classe entre as próprias camponesas).

O capítulo 1 exemplifica a coerência entre evidências e teses. Ao analisar dados sobre feminicídio e acesso à terra, Dalzira Iyagunã demonstra como a violência de gênero está

entrelaçada com heranças coloniais e desigualdades econômicas. Já o capítulo 6, embora bem fundamentado em depoimentos, carece de contextualização histórica mais ampla sobre a ditadura militar, deixando em segundo plano fatores como a Guerra Fria.

Por fim, a obra *Mulheres latinas e caribenhas, poder e política* é uma obra essencial para estudiosos de gênero, sociologia e história latino-americana. Sua força reside na diversidade de vozes e na abordagem interseccional, que ilumina lutas frequentemente invisibilizadas. A coletânea é particularmente recomendada para: estudantes de graduação e pós-graduação, principalmente, em Ciências Sociais, oferecendo um panorama acessível sobre feminismos decoloniais; para pesquisadores interessados em metodologias qualitativas e história oral; e ativistas de movimentos sociais, que encontrarão nas narrativas relatos inspiradores e ferramentas para *advocacy*.

Embora alguns capítulos possam beneficiar-se de maior profundidade teórica, a obra cumpre seu propósito de ampliar o debate sobre justiça social na América Latina. Como destacam os organizadores, o livro não apenas documenta resistências, mas convida à ação — um chamado urgente em tempos de retrocessos democráticos.

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. ***Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity***. Nova York: Routledge, 1990. 272 p.

HOOKS, B. ***Feminist theory: from margin to center***. Cambridge: South End Press, 2000.

MOHANTY, Chandra Talpade. ***Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses***. *Boundary 2*, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.